

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS (CMPC)

Ao dia dez do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, às dezessete horas e quarenta cinco minutos, o Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC) reuniu-se de forma presencial, no auditório do Centro de Informações Culturais e Turísticas. A reunião foi conduzida pelo presidente Edilberto Ferraz, que em seguida fez a leitura pela ordem das pautas previamente encaminhadas para o e-mail dos conselheiros (as) e compartilhadas no grupo de comunicação deste Conselho. Edilberto Ferraz agradeceu aos artistas do Audiovisual que estavam na plenária e falou que a primeira pauta da reunião é Audiovisual e Cinema, e passou a palavra para Dayane Lemos que cumprimenta a todos. Dayane Lemos diz a pauta do audiovisual cinema, é por que os artistas estão se reunindo algum tempo, e foi achado na ata de Dezembro de 2023, um resumo de tudo que aconteceu no ano de 2023, e nesta ata fala assim: Ainda, foi incorporado na cadeira de artes visuais o audiovisual, onde temos a suplente que é a Sarah Vieira, que faz parte do audiovisual, e como suplente representando o audiovisual ela tem poder de voto, e isso foi uma sugestão do Denis Figueiredo, que estava no dia dessa reunião e hoje está conosco novamente, e isso foi bem louvável.. Foi procurar a ATA da reunião, mas não foi encontrado. Foi feito um levantamento, com 14 páginas de tudo de audiovisual que já foi produzido na cidade. A conselheira Dayane apresentou um panorama do histórico do audiovisual em Votuporanga, mencionando que o primeiro videoclipe foi realizado em 2008, e o primeiro curta-metragem, intitulado Pânico no Seringal, teve apoio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo. Desde então, foram produzidas videoartes, vídeos e outras produções independentes. Até o ano de 2021, nenhum projeto audiovisual havia sido realizado com recursos públicos, sendo todas as produções financiadas de forma particular. Em 2021, com apoio da Bolsa Cultura, foram realizadas quatro exposições no FLIV e lançado o podcast "Bro". No ano de 2023, por meio da Lei Paulo Gustavo, foram viabilizadas duas produções de média ou longa-metragem e quatorze curtas-metragens e documentários. A conselheira informou que, em novembro do ano anterior, já havia mencionado a proposta da criação de uma cadeira específica para o audiovisual no Conselho, porém sem apresentar o histórico completo ou documento com assinaturas dos artistas. Na presente reunião, Dayane apresentou esse documento, contendo um compilado do histórico do audiovisual local, excluindo as produções realizadas pela Unifev, cujo curso de Publicidade e Propaganda também desenvolve curtas-metragens e vídeos como trabalhos de conclusão de curso. Finalizou solicitando formalmente a criação da cadeira do Audiovisual no Conselho.

O presidente Edilberto Ferraz solicitou que os representantes do segmento se apresentassem. Manifestaram-se: João Fefin e Marcos Vieira (Grucine), Gabriel Ribeiro (ator e diretor), Alessandro (Podcast Bro), Alexandrino (vídeos), Poliane Castelhana (Produtora), e representantes da Produtora Onix. Após as apresentações, foi aberto espaço para discussão e



votação. A Secretária de Cultura Janaina Silva agradeceu a presença dos artistas do audiovisual e do cinema, informando que analisará o histórico apresentado. Observou que o ofício entregue por Dayane, em nome do segmento, deveria ter sido direcionado ao Conselho Municipal, e não à Secretaria de Cultura e Turismo. Ressaltou que o tema precisa ser deliberado em reunião, e elogiou o esforço de Dayane em apresentar um levantamento histórico desde 2008, com envolvimento de artistas do setor, seguindo exemplo semelhante ao de outras cadeiras como artesanato e teatro. Janaina enfatizou que, caso seja criada uma nova cadeira para o segmento, será necessário equilibrar com a criação de uma nova cadeira para o poder público, mantendo a paridade exigida.

Dayane protocolou o ofício, que agora deverá ser oficialmente encaminhado ao Conselho. Janaina também destacou a importância de maior participação coletiva dos artistas, incentivando a colaboração entre produtoras e a valorização mútua entre eventos do segmento, como forma de amadurecimento enquanto coletivo.

O conselheiro Denis manifestou apoio à criação da cadeira, considerando-a legítima. Fez, no entanto, uma observação à fala de Janaina, esclarecendo que a composição entre sociedade civil e poder público (por exemplo, 70/30 ou 60/40) não é obrigatoriamente fixa por lei. Mencionou que há cidades que adotam outras proporções e que é possível uma articulação jurídica para evitar a necessidade de criar mais uma cadeira voltada ao poder público, desde que se mantenha o equilíbrio na representação conforme os princípios legais.

Janaina questionou qual cidade adota esse tipo de modelo. Denis respondeu que, em Rio Preto, o conselho funciona com proporções como 70/30 ou 60/40, sendo viável desde que haja respaldo jurídico. Destacou que, mantendo o modelo paritário, torna-se inviável a participação do poder público, pois isso exigiria muitas cadeiras da cultura e turismo, o que comprometeria a representatividade do poder público no conselho. Ele ressaltou que o formato paritário impõe dificuldades, pois faltariam servidores da cultura para compor adequadamente esse lado da representação.

Janaina esclareceu que não há obrigatoriedade de que os representantes do poder público sejam especificamente da Secretaria de Cultura. A seu ver, é até mais interessante que venham de outras secretarias, como Fazenda, Governo ou Administração — secretarias-meio pelas quais os processos da cultura tramitam e que atuam de forma colaborativa. Citou também a Educação como exemplo e concluiu que consultaria o setor jurídico a respeito.

Esmeraldina saudou os presentes e comentou sobre a solicitação antiga da criação de uma cadeira para o audiovisual. Disse que, por muito tempo, a proposta foi adiada justamente para estimular o setor a se articular e aparecer, pois já se sabia que existiam trabalhos relevantes na área, mesmo que pouco visíveis. Ela relatou que inicialmente conhecia apenas o trabalho do Marcos, depois conheceu o Fefin, e mais recentemente Gabriel, inicialmente como ator e, depois, como produtor. Disse estar satisfeita ao ver o setor se organizando em prol do audiovisual local. Segundo ela, esse movimento ganhou força a partir da Lei Paulo Gustavo.

Sobre o caráter paritário do conselho, Esmeraldina reconheceu que a lei atual o define assim, mas lembrou que leis podem ser alteradas. Ressaltou que essa decisão deve partir do conselho e



que é uma prerrogativa do prefeito aceitar ou não. Defendeu que, caso se opte por uma representação mais ampla da sociedade civil, será necessário manter um diálogo franco e aberto com todos os setores.

Denis reiterou que a criação de uma nova cadeira só será possível com mudança na lei. Sugeriu que, se for para alterar a legislação, pode-se considerar mudar a proporcionalidade do conselho — talvez para 60/40 ou 70/30 —, de forma a permitir maior participação da sociedade civil. Segundo ele, manter o modelo 50/50 gera limitações práticas e operacionais. Ressaltou que abrir uma nova cadeira para o poder público pode causar problemas de votação e outros entraves. Considerou ideal rever a composição paritária da lei, aproveitando a oportunidade para discutir outras cadeiras importantes que ainda não estão contempladas, como Economia Criativa e Produtores de Eventos. Para ele, se for para revisar a lei, que se aproveite para repensar toda a estrutura.

Marinês cumprimentou a todos e concordou com a fala de Denis em partes. Fez questão de destacar o trabalho de Dayane, que, segundo ela, demonstrou efetiva atuação e engajamento do setor. No entanto, alertou para um problema do passado, quando o conselho era muito amplo, com muitas cadeiras, mas ineficiente. Disse que o excesso de representações resultou em um conselho travado, desarticulado, que acabou extinto. Por isso, lembrou que o novo conselho foi reestruturado com menos cadeiras, para funcionar de maneira mais efetiva. Segundo ela, a inclusão de novas representações deve ser feita com muito critério, garantindo que elas estejam de fato consolidadas e atuantes.

Janaina fez uso da palavra para ressaltar a importância da colaboração efetiva do poder público na valorização e fortalecimento da cultura municipal. Enfatizou que essa valorização não se limita à atuação da Secretaria de Cultura, mas depende do comprometimento de toda a estrutura administrativa da Prefeitura, incluindo secretarias como Fazenda, Governo, Comunicação, Serviços Urbanos, entre outras.

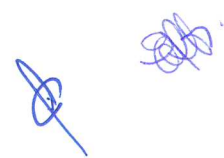
Destacou que, para garantir o pleno funcionamento das ações culturais, é fundamental que os demais setores do poder público compreendam a relevância da cultura e se comprometam com seu suporte técnico, financeiro e estrutural. Ilustrou a fala com exemplos práticos, como a necessidade urgente de um eletricitista durante a realização de um evento, o que depende da sensibilidade e compreensão da Secretaria de Serviços Urbanos sobre a urgência e os riscos envolvidos.

Viviane perguntou se existe alguma possibilidade de correção no caso de uma câmara ou cadeira que esteja sem representatividade, e se há um prazo ou processo para isso.

Marinês explicou que o regimento é deliberado pelo conselho, e não pela câmara setorial.

Viviane usou como exemplo o período em que a cadeira da Literatura ficou sem representante por dois anos.

Marinês respondeu que, da mesma forma que Dayane demonstrou a atuação do audiovisual, é necessário demonstrar a ausência ou ineficiência de uma cadeira para que ela possa ser revista. Explicou que, quando o conselho foi criado, ainda não havia muita experiência, e as cadeiras



foram sendo organizadas conforme surgiam os primeiros movimentos culturais. Com o tempo, só permaneceram as que mostraram atuação concreta.

Esmeraldina complementou que, por exemplo, a cadeira de professores de Língua Portuguesa existiu por um tempo, mas foi retirada por falta de representação. Reforçou que a retirada ou criação de cadeiras deve seguir critérios baseados em atuação efetiva.

Guilherme, conselheiro suplente da música, propôs que fosse feita uma avaliação anual de desempenho das cadeiras. Sugeriu que, ao final de cada ano, se verifique a movimentação de cada segmento representado no conselho. Com base nisso, seria possível manter, substituir ou remover cadeiras inativas. Defendeu que essa análise deveria considerar a participação nas reuniões e nas decisões coletivas, e não apenas a atuação no momento da abertura de editais.

Janaina respondeu que o critério de ausência já está previsto: se uma pessoa falta, ela deve ser substituída — mas isso não significa que o segmento deva ser excluído. Ressaltou que, atualmente, todos os segmentos estão ativos de alguma forma dentro da secretaria, mesmo que algumas câmaras setoriais estejam mais dispersas.

Marinês acrescentou que concorda com Janaina, e deu como exemplo a música, que passou recentemente por uma troca de conselheiros e está começando a se reorganizar. Embora a articulação ainda seja difícil, dentro do Bolsa Cultura, a música é a área com mais projetos inscritos. Reconheceu que os músicos têm dificuldades específicas de organização, mas ressaltou que estão representados, inclusive com titular e suplente presentes na reunião.

Guilherme reforçou que, para ele, é essencial que os segmentos representados estejam de fato participando do conselho. Disse que não adianta uma pessoa se declarar representante de um segmento se não participa das reuniões, não propõe melhorias e só aparece nos momentos de inscrição de projetos. Reforçou que é necessário envolvimento contínuo.

Janaina concordou, dizendo que esse é o papel do conselheiro: fazer a mediação entre seu segmento e a secretaria. Disse que o presidente do conselho pode e deve exercer essa função de articulação, e que a secretaria tem total interesse em um conselho ativo e responsável. Mencionou que todos os segmentos estão ativos na prática, com demandas constantes. Deu como contraponto o exemplo da Economia Criativa, citada por Denis, cuja política está atualmente sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e não da Cultura, demonstrando que há setores ainda não plenamente integrados à gestão cultural.

O conselheiro titular do segmento de Música, Kelvin, pediu a palavra para fazer uma reflexão sobre o espaço do conselho. Ressaltou que, por vezes, sente falta do reconhecimento da identidade artística dos membros presentes. Destacou que é fundamental lembrar que todos ali são artistas e que cada segmento possui suas próprias realidades e desafios.

Kelvin explicou que, no caso da música, um músico pode ficar satisfeito ao receber R\$ 200 por apresentação, e que, ao se apresentar em quatro finais de semana, isso pode representar uma renda de R\$ 800 no mês. Ressaltou, porém, que essa lógica não se aplica ao segmento de audiovisual, onde um valor de R\$ 5.000,00 muitas vezes não é suficiente sequer para a produção de um videoclipe. Apontou que essa diferença de realidade precisa ser considerada antes de qualquer julgamento ou posicionamento contrário às demandas específicas dos segmentos.



Acrescentou que compreende como justa a reivindicação feita pelo setor de audiovisual e reforçou que as dificuldades enfrentadas por diferentes linguagens – como teatro, dança e música – são distintas. Citou, como exemplo, que um dançarino não pode simplesmente se apresentar em um bar por R\$ 200,00, pois os custos e condições são outros.

Encerrando sua fala, Kelvin fez um apelo para que o espaço do conselho preserve a sensibilidade artística, lembrando que todos trabalham com sentimentos e que isso não deve ser esquecido nas decisões e debates do colegiado.

Beto, o presidente, então propôs que fosse colocada em votação a criação da cadeira de Audiovisual e Cinema ou, alternativamente, a alteração da lei para permitir essa criação.

Janaina ponderou que, para haver votação naquele dia, o item deveria estar oficialmente na pauta como criação de nova cadeira ou alteração da lei. Sugeriu que fosse formalizada como “solicitação da Dayane Lemos para a criação da cadeira de Audiovisual e Cinema” e consultou a plenária sobre o entendimento quanto à viabilidade dessa votação.

Denis afirmou que, uma vez feita a explanação, ficou claro que o objetivo é alterar a lei. Disse que, se o conselho concordar com a criação da cadeira, então está implicitamente concordando com a mudança na lei, pois uma não existe sem a outra. Ressaltou que a revisão da lei não se limita a esse ponto, mas deve ser ampla, semelhante ao processo feito com o regimento interno.

Dayane reforçou que o nome da nova cadeira deve ser “Audiovisual e Cinema” e que irá formalizar a solicitação para constar na pauta do conselho.

Sarah lembrou que já houve votações anteriores sobre temas que não estavam na pauta e que, por isso, o conselho não deveria se prender rigidamente a esse formato.

Janaina respondeu que, mesmo nesses casos, a votação precisa ser registrada adequadamente e seguir os procedimentos do conselho. Sugeriu que o presidente consultasse a plenária formalmente para deliberar sobre o tema.

Alexandre defendeu que a votação aconteça de forma objetiva e direta, sem complicações excessivas.

Marinês destacou que a pauta do dia era a criação de uma nova cadeira e que, se essa fosse aprovada, a mudança na lei viria como consequência natural.

Denis concluiu dizendo que, ao aprovar a criação da cadeira, o conselho está implicitamente concordando com a alteração da lei.

Dayane concordou com Marinês, reafirmando que a solicitação é pela criação da cadeira.

Denis reforçou que é inevitável: criar a cadeira exige alterar a lei, e isso está implícito na votação.

Esmeraldina ponderou que o mais adequado seria realizar a votação da proposta de alteração da lei, visto que a criação da cadeira de audiovisual depende dessa mudança. Explicou que, mesmo que o conselho aprove a criação, é necessário submeter a proposta ao setor jurídico da prefeitura, e que a sanção final é de responsabilidade do prefeito. Enfatizou que essa alteração é legal e possível, desde que siga o trâmite correto.



O presidente do Conselho, Beto, retomou a condução da reunião para encaminhar a deliberação sobre a criação da cadeira de Audiovisual e Cinema no Conselho Municipal de Políticas Culturais de Votuporanga.

Informou que, após a aprovação da criação da cadeira, o procedimento seguirá com os trâmites legais necessários, incluindo a inserção da proposta na legislação vigente e sua análise pelo setor jurídico. Esclareceu que essa etapa será posterior à deliberação e pediu a compreensão de todos quanto à sequência do processo.

Em seguida, colocou em votação a proposta de criação da cadeira de Audiovisual e Cinema. Solicitou que os conselheiros titulares presentes e favoráveis se manifestassem levantando a mão.

Foram favoráveis à criação da cadeira os seguintes conselheiros titulares: Érika (Cultura), Bruna (Governo), Sarah (Dança), Telma (Artesanato), Kelvin (Música), Esmeraldina (Literatura), Denis (Teatro), Marinês (Cultura), Fátima (Cultura Popular), Beto (Artes Visuais)

O presidente Beto apresentou a segunda pauta da reunião: a sugestão da conselheira Esmeraldina sobre o retorno das reuniões em formato híbrido.

A conselheira Esmeraldina lembrou que, no mandato anterior, as reuniões eram realizadas de forma híbrida, o que favorecia uma maior participação dos membros, uma vez que podiam se conectar de onde estivessem, por meio de celular, laptop ou qualquer outro dispositivo com acesso à internet. Relatou que, mesmo sem ser conselheira na época, costumava acompanhar as reuniões online com frequência. Com a mudança de gestão, esperava que o modelo híbrido fosse mantido, porém, na primeira reunião do atual mandato, foi deliberado pelo fim do formato híbrido, sendo voto vencido. Solicitou, portanto, que a pauta fosse reavaliada.

A conselheira Sarah apoiou a sugestão, argumentando que o modelo híbrido permitia uma participação mais ampla, inclusive por parte de quem estava em horário de trabalho. Ressaltou que, de fato, havia uma presença maior nas reuniões durante o período em que o modelo híbrido era adotado.

Janaina trouxe uma reflexão sobre os motivos que levaram o conselho a optar pelas reuniões presenciais. Afirmou que, à época da deliberação, concluiu-se que o formato presencial era mais produtivo, uma vez que, durante as reuniões online, muitas pessoas deixavam o computador ligado, mas não interagiam, o que causava ruídos na comunicação e na deliberação de decisões. Segundo ela, alguns conselheiros questionavam decisões posteriormente, por não terem acompanhado integralmente a discussão. Destacou a importância do encontro presencial para tratar de assuntos complexos e reforçou que, embora não tenha direito a voto, considera o diálogo presencial mais eficaz.

O convidado Alexandrino complementou a fala de Janaina, dizendo que, mesmo sendo novo no conselho, considera importante a presença física nas reuniões, pois a comunicação virtual pode ser falha, com problemas de conexão, áudio e vídeo travados. Ressaltou que o contato presencial fortalece as relações humanas e é essencial para o desenvolvimento dos trabalhos culturais.

A conselheira Esmeraldina retomou a palavra para lembrar que os conselheiros também são artistas e que, em muitos momentos, estão trabalhando em eventos ou apresentações durante os



horários das reuniões. Alertou que a ausência em três reuniões resulta na perda da vaga no conselho, o que pode ser evitado com o retorno do formato híbrido.

O conselheiro Denis esclareceu que a proposta não é transformar as reuniões em encontros exclusivamente online, mas sim oferecer a possibilidade de participação híbrida. Ressaltou que, nesta gestão, a participação da sociedade civil tem sido exemplar, ao contrário da representação do poder público, que tem apresentado ausências significativas. Destacou que o formato híbrido facilitaria a participação dos representantes do poder público, que, na gestão anterior, compareciam com mais frequência por meio remoto.

A convidada Viviane acrescentou que, ao eleger titulares e suplentes, é importante garantir que ambos estejam envolvidos e informados sobre as pautas. Afirmou que nem sempre os titulares conseguem comparecer, e que o envolvimento dos suplentes é essencial para assegurar a continuidade e representação nas discussões.

Janaina observou que o poder público, de fato, tende a preferir o formato híbrido, mas reforçou que isso não deve ser confundido com maior produtividade ou eficácia no funcionamento do conselho. Reiterou que valoriza o esforço dos conselheiros que se deslocam para participar das reuniões fora do expediente regular.

Por fim, o conselheiro Tyler comentou que a proposta de participação híbrida tem como foco principal os representantes do poder público, que possuem compromissos com outras áreas, como educação e infraestrutura. Defendeu que, quando possível, o híbrido deve ser uma opção, pois facilita o engajamento mesmo em situações adversas, como viagens ou doenças. Finalizou afirmando que a participação no CMPC é voluntária, e que quem se candidata deve estar disposto a contribuir ativamente.

A conselheira Dayane esclareceu que sua colocação anterior havia sido mal interpretada. Relembrou que, no ano anterior, houve uma mudança no horário das reuniões, passando das 17h30 para as 18h30, com o objetivo de acomodar a disponibilidade de alguns membros que não conseguiam chegar mais cedo. Um dos motivos apontados à época foi o compromisso do conselheiro Denis com aulas no período da tarde. Dayane questionou se os impedimentos que existiam ainda persistem, especialmente por parte dos artistas, pois, segundo ela, a maioria dos artistas poderia comparecer no período da manhã, ao contrário do poder público. Sua sugestão era avaliar se não seria mais viável alterar o horário para a manhã do que adotar o modelo híbrido.

O conselheiro Denis destacou a importância da participação nas reuniões para fortalecer o movimento cultural e demonstrar que o conselho é atuante. Ressaltou que uma reunião com cadeiras ocupadas tem mais impacto quando é necessário dialogar com o poder público ou apresentar demandas à administração municipal. Defendeu que a articulação entre titulares e suplentes deve garantir que sempre haja representação. Deu como exemplo a suplência da área de teatro, explicando que há um acordo prévio de que o suplente participa quando o titular não puder estar presente, garantindo a continuidade da representação, ainda que não em todas as reuniões.



A conselheira Esmeraldina reforçou que o regimento interno não exige a presença simultânea do titular e do suplente nas reuniões. Segundo ela, a função do suplente é substituir o titular em caso de ausência, não ser presença constante. Afirmou que o interesse em acompanhar os assuntos do conselho deve ser espontâneo, e que, caso o titular falte, é responsabilidade dele comunicar ao suplente para garantir a representação. Deixou claro que o suplente assume o poder de voto na ausência do titular, mas não se pode obrigar sua presença em todas as reuniões.

O presidente Beto, após as discussões, encaminhou a pauta para deliberação.

Antes da votação, o conselheiro Denis fez um alerta sobre as particularidades do modelo híbrido. Ressaltou que, nesse formato, é necessário haver uma coordenação específica da reunião, para garantir que todos os participantes — presenciais e online — possam se manifestar de forma organizada. Sugeriu que alguém seja designado para acompanhar as manifestações virtuais, como o uso da ferramenta de “levantar a mão” nas plataformas de videoconferência, de modo a garantir ordem e fluidez nas falas.

O presidente Beto propôs que fosse realizada a deliberação sobre o retorno das reuniões do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) no formato híbrido, conforme pauta sugerida.

Foram registrados sete votos favoráveis à retomada das reuniões híbridas, dos seguintes conselheiros:

Kelvin (Música), Telma (Artesanato), Esmeraldina (Literatura), Denis (Teatro), Fathi (Cultura Popular), Sarah (Dança), Bruna (Governo)

Houve dois votos contrários, de: Érika (Cultura), Marinês (Cultura)

O presidente Beto questionou se deveria registrar seu próprio voto, mas esse não foi declarado publicamente no momento registrado. Assim, a ata registra apenas os votos manifestados.

Com maioria favorável, ficou deliberado o retorno das reuniões do CMPC no formato híbrido, considerando os argumentos discutidos e a necessidade de ampliar a participação dos conselheiros.

O presidente Beto iniciou a quinta pauta da reunião informando sobre a mudança no secretariado da diretoria. Comunicou que o conselheiro Denis (Teatro), que ocupava a função de secretário, solicitou desligamento da função. Diante disso, foi proposto que a então segunda secretária, Sarah (Dança), assumisse como primeira secretária. A conselheira Dayane foi indicada para assumir o cargo de segunda secretária. A proposta foi aceita sem objeções pelos presentes e aprovada por aclamação.

A pauta foi apresentada por Janaina, que iniciou relatando sobre a viagem realizada a São Paulo, na Secretaria de Cultura do Estado, em janeiro (data exata não especificada durante a fala). Informou que a visita ocorreu a convite da secretária Marília Marton, reunindo representantes de diversos municípios paulistas. O objetivo do encontro foi a apresentação dos programas culturais que serão desenvolvidos ao longo do ano, bem como a exposição de editais, projetos e oportunidades da Secretaria.

Janaina explicou que a Secretaria organizou o evento com estações de atendimento específicas para cada programa mencionado, oferecendo orientação individual aos municípios participantes.



Um dos pontos mais recorrentes entre os questionamentos foi sobre a continuidade da Virada Cultural. Segundo Janaina, a Secretária Marília Marton informou que o programa foi extinto. A justificativa apresentada foi a de que os recursos antes centralizados em poucas cidades seriam agora pulverizados entre os 145 municípios, com o objetivo de ampliar o acesso à cultura no Estado.

Para isso, foi anunciado o edital Difusão SP, voltado diretamente aos municípios. Além dele, outros editais estão disponíveis: apoio a festivais e o Circuito SP, que permanece ativo, apenas com mudança de nomenclatura.

Sobre o edital Mais Orgulho, Janaina explicou que a prefeitura não pode ser proponente, cabendo a associações ou grupos locais a responsabilidade de inscrição. A prefeitura poderá apenas apoiar institucionalmente esses projetos.

Marinês questionou se seria necessário o surgimento de uma nova organização, ao que Janaina respondeu que sim, e que seria necessário apresentar currículo e consistência no evento proposto. Ela mencionou que, atualmente, o principal articulador local com experiência nesse tipo de projeto é o Tom, mas reforçou que outros grupos também podem se organizar e participar.

Janaina reconheceu que ainda não havia conferido diretamente os detalhes do edital Mais Orgulho, e afirmou que verificaria essa informação posteriormente.

Seguindo, Janaina comentou sobre parcerias com o Museu da Imagem e do Som (MIS). Relatou que já existe parceria com o Pontos MIS e que novas propostas estão em andamento, como projetos itinerantes de cinema. Embora ainda não haja definições sobre o formato, foi sinalizado um interesse na retomada do Festival Minuto e em fortalecer os festivais locais. Marinês complementou, explicando que, durante a reunião, foi destacada à equipe do MIS a organização e produção crescente do setor audiovisual de Votuporanga, o que fortaleceu o pedido por mais projetos audiovisuais para o município.

Janaina também abordou a implementação do ProCult, um projeto de capacitação técnica voltado aos agentes culturais. Informou que a Secretaria do Estado realizou uma escuta ativa em todo o Estado, incluindo os apontamentos feitos por representantes de Votuporanga, especialmente sobre escrita de projetos, considerada uma das maiores dificuldades da classe artística local. Os cursos estão previstos para iniciar a partir de março, com três níveis: rápidos, de média e de longa duração. O objetivo da Secretaria do Estado é profissionalizar os setores culturais, com cursos como Direção de Arte, que demandam maior tempo e profundidade. Isso também se aplica a áreas como artesanato, entre outras.

Votuporanga foi sinalizada como possível sede regional para os cursos, devido à sua estrutura. Dessa forma, os cursos não serão voltados apenas para o público artístico local, mas também para artistas de outras cidades da região que não dispõem de estrutura adequada.

Por fim, Janaina falou sobre o Projeto Guri, já existente no município. Informou que, ao contrário do ano anterior — quando se falava em corte de 10 polos —, agora a Secretaria do Estado pretende expandir o projeto, inclusive com integração nas escolas em contraturno. Essa proposta ainda dependerá de articulação com o Santa Marcelina, organização social responsável pela gestão do Guri no Estado. De todo modo, a expectativa é de que essa ampliação possa aumentar o número de vagas e beneficiar mais crianças, jovens e idosos.

Esmeraldina apontou uma preocupação prática relacionada à possível implantação do Projeto Guri nas escolas, mencionando que conhece a estrutura das escolas do município e o cotidiano



das famílias. Destacou que a principal dificuldade seria a falta de espaço físico, citando casos em que aulas já ocorrem em quadras ou em locais improvisados por conta da limitação de salas. Questionou se o projeto seria implementado em todas as escolas ou apenas em unidades selecionadas.

Em resposta, Janaina esclareceu que a proposta da Secretaria do Estado é ampliar o Guri para cidades que ainda não o possuem, especialmente aquelas sem escola de arte ou centro cultural. Nessas localidades, a inserção do projeto dentro das escolas se torna uma alternativa viável. Em relação a Votuporanga, Janaina destacou que o município já possui o Projeto Guri em funcionamento e, portanto, a prioridade seria para cidades sem cobertura atual. No entanto, afirmou que o município pode pleitear um segundo polo, reforçando a importância de não comprometer a oportunidade de outras cidades de também receberem o projeto.

Marinês trouxe informações sobre o edital Mais Orgulho, mencionando que o valor do recurso é de até cinco mil reais por projeto, com contratação de até três apresentações artísticas. O limite global para cada projeto é de cinco mil reais.

Janaina complementou, explicando que podem se inscrever no edital pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, sediadas no Estado de São Paulo, bem como pessoas físicas representantes de coletivos com atuação comprovada. Confirmou que a parceria com o Estado, parceria com Poieses, instituição que anteriormente era responsável por capacitações e que agora retorna com nova abordagem, voltada especialmente para parcerias com o Museu Catavento. Comentou que o objetivo é também inovar no Museu Municipal, promovendo ações e viabilizando participações em feiras culturais.

Além disso, a secretária estadual mencionou a continuidade do programa Revelando SP, confirmando que ele ocorrerá em cinco cidades do Estado. Janaina afirmou que Votuporanga irá novamente concorrer para sediar o evento, reforçando o interesse e empenho do município em garantir a participação.

Diante do assunto, Esmeraldina sugeriu que fosse feita uma explicação sobre o que é o programa Revelando SP, para que todos tivessem clareza do que se tratava.

Janaina explicou que o Revelando SP é um projeto promovido pelo Governo do Estado, que consiste em um festival multicultural com foco nas tradições regionais. Trata-se de um evento regional, não local, pois reúne artistas e representantes de segmentos como artesanato, gastronomia, música e dança de diversas cidades da região. Enfatizou que Votuporanga possui infraestrutura adequada para receber o evento, mas ainda não foi contemplada com sua realização.

Relatou que, durante a reunião na capital, Votuporanga foi citada diversas vezes pela secretária estadual, que ainda não conhece pessoalmente o setor cultural da cidade, embora tenha visitado a cidade anteriormente por motivos familiares. A secretária do Estado, segundo Janaina, não conhece os espaços e a estrutura cultural local, o que foi apontado a ela durante a reunião. Ainda assim, a cidade foi mencionada como bom exemplo, o que deixou o grupo presente orgulhoso e satisfeito.

Janaina destacou que o município irá novamente se inscrever para sediar o FÉstival, mesmo com a orientação informal de que cidades já contempladas anteriormente talvez não sejam priorizadas. Reforçou, no entanto, que o edital não proíbe a nova participação. Relembrou que Votuporanga só recebeu o Festival anteriormente porque outra cidade não conseguiu executar o projeto, e, por isso, a oportunidade foi redirecionada. Com isso, acredita que outras



oportunidades semelhantes podem surgir, caso a cidade esteja preparada e com boa visibilidade.

Em relação ao cadastro de artistas, Janaina informou que o Governo do Estado, em parceria com a Associação Paulista Amigos da Arte, está com credenciamento aberto para propostas artísticas para 2025. O formulário permite a inscrição de uma proposta artística por vez, sem limitação de envios. Os inscritos serão considerados na formação da programação de diversos equipamentos e projetos da associação, como Circuito SP, Teatro Sérgio Cardoso, Teatro Estadual de Araras, Semana de Cultura Caipira, entre outros.

Janaina incentivou a participação ativa dos artistas de Votuporanga, destacando a importância de manter dados atualizados como e-mail e telefone, já que a comunicação se dará por esses canais. Reforçou que, quanto maior o número de artistas da cidade cadastrados, mais visibilidade Votuporanga terá junto ao Estado, o que fortalece os argumentos da cidade ao pleitear novos projetos.

Ela também relatou uma conversa com Glaucio, presidente da APAA (Associação Paulista Amigos da Arte), que comentou o interesse em fortalecer parcerias com o Teatro Estadual de Araras, possibilitando que artistas votuporanguenses circulem também por outros espaços do Estado. Orientou para que o link do cadastro fosse compartilhado nos grupos para alcançar o maior número de segmentos culturais possível.

Segundo Janaina, o cadastro de artistas é o primeiro passo fundamental para quem deseja atuar com projetos culturais, inclusive para quem tem dificuldades com internet, como foi o caso de um senhor com banda de forró que entrou em contato com a Secretaria. Ela reforçou que a equipe está disponível para realizar o cadastro diretamente com os interessados.

Marinês acrescentou que, mesmo após a saída das representantes da dança, houve agradecimento por parte de uma artista que já esteve duas vezes em Votuporanga, e afirmou que a cidade foi onde ela se sentiu mais bem recebida, expressando o desejo de voltar a se apresentar.

Esmeraldina mencionou o projeto Viagem Literária, que acompanhou pelo Instagram. Destacou que nem sempre a participação do público foi significativa, lembrando que em algumas oficinas havia apenas duas ou três pessoas presentes. Alertou que, para que o projeto não se perca novamente, é necessário o engajamento dos artistas locais, especialmente em ações com participação aberta.

Janaina confirmou que Votuporanga se inscreveu na última edição da Viagem Literária, mas acabou não sendo contemplada. Após questionamento ao Estado, recebeu a justificativa de que a cidade já havia sido atendida em edições anteriores, e que o Estado precisava atingir outras bibliotecas e municípios. Ainda assim, ela acredita que o Estado está começando a perceber que há cidades sem estrutura ou interesse para receber o projeto, ao contrário de Votuporanga, que na última edição conseguiu levar 100 crianças a uma das atividades. O evento contou com a participação de escritores renomados, inclusive premiados com o Prêmio São Paulo de Literatura.

Janaina enfatizou que a parceria com a Secretaria de Educação é essencial para garantir público, e afirmou que a cidade possui esse público. Reafirmou a indignação por ter ficado de fora da edição anterior, mas também a disposição de continuar se inscrevendo e defendendo a cidade, acreditando que o projeto voltará a ser realizado em Votuporanga.



Esmeraldina pontuou que todos os municípios que se inscrevem em projetos estaduais o fazem por interesse próprio, uma vez que a inscrição não é obrigatória. Segundo ela, quando há uma demanda evidente, o ideal seria ampliar o projeto e aumentar a verba destinada, de forma a atender a todos os interessados que demonstram ter estrutura para execução.

Denis relatou a experiência com o projeto "Qualificação em Arte", inicialmente voltado ao teatro com a artista Ana Marguera. Posteriormente, o projeto expandiu-se também para a dança. Ele destacou que sempre houve participação de representantes do teatro local, seja ele próprio, Dido ou outro integrante da área. Recentemente, Denis observou postagens no Instagram indicando que algumas companhias estavam recebendo orientações específicas relacionadas ao projeto, ainda que com mudanças de formato. Ressaltou que, nas hashtags, constava o nome "Qualificação em Arte", o que levantou dúvidas sobre o status atual do programa e sua continuidade.

Esmeraldina complementou informando que viu uma postagem relacionada ao atendimento teatral envolvendo o pessoal de São Sebastião, mencionando inclusive que o profissional Valéria Lauand estava presente com o grupo. Ela não soube especificar o tipo de orientação oferecida, se era voltada ao grupo ou com abrangência maior.

Janaina esclareceu que, atualmente, o "Qualificação em Arte" está inserido dentro de um programa maior do Governo do Estado chamado PRO. Todos os projetos de capacitação e profissionalização foram centralizados nesse programa, cujo nome oficial é CultSPPro com GST. Ressaltou que o foco continua sendo a qualificação, mas não há mais um programa separado com o nome "Qualificação em Arte". Segundo ela, o PRO contempla todos os segmentos, inclusive o teatro.

Denis recordou que, anteriormente, o grupo havia recebido um e-mail solicitando informações sobre interesses e demandas para cursos, inclusive mencionando possível participação da FDI. A consulta gerou o envio de informações para um novo programa ainda em construção. No entanto, como o PRO ainda não havia sido oficialmente lançado na época, não houve resposta direta ou detalhamento das linhas específicas. Ele ressaltou que, anteriormente, os grupos enviavam propostas para o "Qualificação em Arte" e recebiam orientações personalizadas, enquanto agora não há esse mesmo tipo de canal direto.

Janaina informou que o diagnóstico do novo programa já foi concluído e que o lançamento oficial do PRO estava previsto para março. Destacou que "vem coisa boa por aí" e sugeriu otimismo.

Marinês reforçou que o "Qualificação em Arte" será reaberto em fevereiro, já dentro da estrutura do PRO, e mencionou que a Antônia, da equipe do PRO, já estava envolvida. Confirmou também que haverá participação do teatro no novo programa.

Janaina acrescentou que, na entrada do local da reunião do conselho, estava disponível um folder contendo informações sobre os segmentos atendidos pelo PRO, agora organizados sob o nome de "academias". Finalizou sua fala destacando que essa foi a devolutiva da reunião com o Estado e que novas reuniões serão agendadas para tratar de forma mais detalhada das demandas específicas do município. Sugeriu ainda que os encontros futuros sejam mais abertos e participativos.

Denis questionou sobre o formato atual do PROAC Editais, se seguiria o modelo anterior que integrava o PROAC e o Aldir Blanc (como o chamado "PROAC-Aldir"), e se haveria mudanças na forma de divulgação e estruturação das propostas.



Janaina respondeu que, de acordo com o que foi apresentado pela secretária estadual, os modelos anteriores devem ser mantidos, com os mesmos artigos, valores e diretrizes. Confirmou que o PROAC ICMS permanece ativo, uma vez que se trata de uma linha vinculada à própria legislação estadual. Reforçou a importância de os artistas acompanharem o site oficial do Governo do Estado em busca de novas oportunidades, assim como devem monitorar também as iniciativas do Governo Federal. Finalizou dizendo que há muitos artistas da cidade já prontos para se inscrever e participar dos novos programas.

Marinês iniciou a próxima pauta referente aos editais. Informou que alguns editais já foram encerrados, outros estão em andamento e novos estão sendo abertos. Comunicou que o edital Cultura Viva encerraria no mesmo dia da reunião, cujo período de inscrições foi de janeiro até 10 de fevereiro. Mencionou também que o edital da Eleição da Corte do Carnaval já havia sido finalizado, e que os candidatos estavam ensaiando no teatro naquele momento. A eleição da corte estava agendada para o dia seguinte, às 9h30, no Centro de Convenções, e todos estavam convidados a participar.

Outro edital já encerrado foi o de artistas e músicos para o Carnaval, com resultado divulgado na sexta-feira anterior. Segundo Marinês, esta foi a segunda edição com contratações realizadas. O período de inscrições foi de 14 a 31 de janeiro, seguindo um cronograma mais rápido devido à proximidade da data do Carnaval.

Destacou ainda que está em andamento o edital da Mostra Cenas Curtas – 3ª edição, com inscrições abertas até o dia 5 de março, voltado especialmente ao público do teatro. No mesmo dia da reunião, foi aberto também o edital da 10ª Mostra de Dança, conforme o cronograma oficial. Informou que o edital foi publicado à tarde e já se encontrava disponível.

Adiantou que a equipe também está trabalhando na 10ª edição do Bolsa Cultura, e que já receberam contribuições do Conselho e dos segmentos da cultura. Informou que os representantes atuais são Beto, pelo Conselho, e Daniel Davi, pela Câmara Vereadores.

Janaina relatou que entrou em contato diretamente com Daniel, que demonstrou interesse em participar do processo e informou que não seria necessário o envio de ofício, pois se disponibilizaria a acompanhar e contribuir com o andamento do edital. Janaina aguardava apenas o recebimento da agenda para oficializar a participação.

Conselheira Dayane questionou se já havia uma resposta formal ao ofício enviado anteriormente.

Janaina respondeu que, após o envio das contribuições pela comissão, o processo é realizado em conjunto com os representantes do Conselho e do vereador. A partir das contribuições recebidas, é elaborada uma minuta, que é enviada à PGM (Procuradoria Geral do Município) para validação. Após esse trâmite, o edital retorna para apresentação e debate com os membros.

Denis levantou uma questão sobre o retorno referente a propostas não contempladas em editais anteriores. Solicitou que fossem apontadas as razões pelas quais determinados projetos não foram selecionados — se por decisão da comissão, por inadequação à demanda, ou por outro motivo. Reforçou a necessidade de uma resposta clara e objetiva sobre os critérios de não contemplação.



Marinês respondeu que, no caso da camera setorial de Dança, foram enviadas contribuições e a devolutiva foi feita pela equipe. As respostas foram preparadas após reunião com a comissão responsável, e, mesmo que não tenham sido enviadas imediatamente, seriam encaminhadas com justificativas formais sobre o atendimento ou não das sugestões. Confirmou que o edital do Bolsa Cultura está previsto para ser lançado no dia 10 de março.

Adicionalmente, informou que também no dia 10 de março será lançado o chamamento público para o Festival Literário, abrangendo as seguintes categorias: Livrarias e Editoras, Escritores locais e regionais, Mediadores de leitura. Projetos que irão compor a programação do festival. Explicou que serão lançados três editais nesse dia, com prazos de inscrição entre 4 a 5 dias, a fim de viabilizar as contratações já no início de abril. Encerrando a pauta, Marinês questionou se havia dúvidas por parte dos presentes.

INFORMES FINAIS

Sobre a Lei Aldir Blanc, Marinês informou que ainda não houve publicação oficial de valores ou regras para a nova etapa. Comentou que, apesar de haver especulações e conversas sobre os valores, nenhuma informação pública foi divulgada até o momento, e, portanto, não se pode considerar nada como certo. Reforçou que, enquanto a etapa anterior não for totalmente concluída, uma nova edição não deve ser aberta.

Dayane acrescentou que no site do GOV é possível consultar o valor a ser devolvido referente à execução anterior. Informou que, no caso de Votuporanga, o valor a ser devolvido é de R\$ 36 mil, além de R\$ 34 mil do audiovisual.

Janaina explicou que esses valores referem-se à devolução de rendimentos do recurso repassado ao município, especificamente do rendimento acumulado entre o recebimento do valor e a conclusão da execução. Citou o Artigo 6 da Lei de 2002, que originou um recurso de R\$ 98 mil. Com esse valor, foram apoiados três projetos de R\$ 12.900 cada (referentes à iniciativa de apoio à sala de cinema), sendo o restante reservado para melhorias na sala de audiovisual.

Os itens previstos incluíam: troca de carpetes, limpeza de sistema de climatização, compra de projetor, troca de HDs e cabeamentos. Contudo, o valor orçado para a execução dessas melhorias chegou a R\$ 62 mil, superando o montante disponível. Ainda assim, com a licitação realizada, o menor valor ofertado foi de R\$ 29.500. Algumas partes da licitação fracassaram por falta de tempo hábil ou ausência de fornecedores. A devolução dos valores foi realizada em 7 de janeiro de 2025.

Janaina reforçou que essa devolução não impacta o orçamento geral da cultura, já que o edital foi executado. A devolução foi exigida por conta de processos de licitação que fracassaram. Em 2024, com a entrada em vigor de uma nova legislação, as licitações passaram por mudanças, como a inversão da ordem de entrega de documentação, o que dificultou ainda mais a participação de fornecedores.

Ormélio acrescentou que os valores devolvidos não diziam respeito a projetos ou artistas, mas sim a despesas da própria prefeitura. Deu como exemplo um caso semelhante no Conselho de Turismo, mas esclareceu que se tratava de recursos estaduais, sem relação com os editais culturais.

Janaina complementou que, mesmo tendo tentado redistribuir os valores, isso não foi possível legalmente, pois o montante deveria obrigatoriamente retornar ao Estado. Explicou que a



legislação não permite uso alternativo, e que a devolução é uma exigência legal. Não cumprir o prazo implicaria em sanções administrativas tanto para a secretaria quanto para o prefeito. Viviane questionou se não seria possível deliberar sobre o uso do valor antes de sua devolução.

Janaina esclareceu que isso não seria permitido, pois o processo deve seguir a Lei de Licitações, e qualquer descumprimento resultaria em responsabilização administrativa e criminal dos envolvidos.

Reforçou que os itens que tiveram licitação fracassada estão sendo relicitados, agora com recursos de outras fontes, como estaduais, municipais ou do PNAB. Explicou que, por esse motivo, não haverá prejuízos à execução dos objetivos, embora o projetor previsto ainda não tenha sido adquirido por falta de fornecedores.

Denis perguntou sobre a publicidade das licitações que resultam em fracasso ou deserto. Foi informado que, nesses casos, elas não aparecem como “zeradas” no Diário Oficial, pois não são concluídas com vencedores.

Ormélio detalhou que, com a nova legislação, a ordem de apresentação da documentação foi alterada, o que tem dificultado o processo. Destacou que, muitas vezes, o fracasso se dá não pela ausência de fornecedores, mas pela falta de documentação adequada.

Janaina encerrou os informes perguntando se havia mais dúvidas. O presidente Edilberto Ferraz de Arruda encerrou a reunião às dezenove horas e quarenta minutos, onde eu, Dayane de Souza Arruda Lemos, lavrei a presente ata, que segue assinada pelos presentes conselheiros: Edilberto Ferraz de Arruda, Fatima Aparecida Barbosa, Nadya Dayane Martins, Bruna Gomes da Silva Souza, Dayane de Souza Arruda Lemos, Denis Figueiredo, Esmeraldina Reis de Araujo, Erika Pereira da Silva Bueno, Sarah Vieira da Silva, Kelvin José de Arruda, Marinês da Silva Manhani de Lima, Telma Mara Cassuci Friosi, Tyler Bertrand Pereira de Souza e convidada Janaina Cristina da Silva, Secretária de Cultura e Turismo.

Edilberto Ferraz de Arruda
Presidente - Artes Visuais/Audiovisual

Fatima Aparecida Barbosa
Vice Presidente - Cultura Popular

Nadya Dayane Martins
Suplente - Cultura Popular

Bruna Gomes da Silva Souza
Suplente - Secretaria de Governo

Dayane de Souza Arruda Lemos
Suplente/ 2ª Secretária - Artes Visuais/Audiovisual

Denis Figueiredo
Titular - Teatro





Esmeraldina Reis de Araujo
Titular - Literatura e Mídias Livres

Erika Pereira da Silva Bueno
Titular - Secr. de Cultura e Turismo

Kelvin José de Arruda
Titular - Música

Sarah Vieira da Silva
Titular/ 1º Secretária - Dança

Marinês da Silva Manhani de Lima
Titular - Secr. de Cultura e Turismo

Telma Mara Cassuci Friosi
Titular - Artesanato

Tyler Bertrand Pereira de Souza
Suplente - Literatura e Mídias Livres

Leticia Toresin de Oliveira
Suplente - Dança

Janaina Cristina da Silva
Convidada - Secretaria Cultura e Turismo

Guilherme Barbosa de Almeida
Suplente - Música



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 991A-6699-23F7-32C0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MARINES DA SILVA MANHANI DE LIMA (CPF 290.XXX.XXX-98) em 16/05/2025 16:59:51 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ KELVIN JOSÉ ARRUDA (CPF 414.XXX.XXX-20) em 16/05/2025 17:05:44 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ DAYANE DE SOUZA ARRUDA LEMOS (CPF 354.XXX.XXX-70) em 16/05/2025 17:59:14 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LETÍCIA TORESIN DE OLIVEIRA (CPF 489.XXX.XXX-47) em 16/05/2025 18:30:06 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ NADYA DAYANE MARTINS (CPF 386.XXX.XXX-86) em 19/05/2025 08:27:25 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ DÊNIS FIGUEIREDO (CPF 393.XXX.XXX-00) em 19/05/2025 09:28:14 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ TELMA MARA CASSUCI FRIOSI (CPF 070.XXX.XXX-64) em 19/05/2025 09:42:07 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ FÁTIMA APARECIDA BARBOSA (CPF 031.XXX.XXX-80) em 19/05/2025 10:27:22 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ TYLER BERTAND PEREIRA DE SOUZA (CPF 504.XXX.XXX-25) em 19/05/2025 11:41:47 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BRUNA GOMES DA SILVA SOUZA (CPF 368.XXX.XXX-30) em 19/05/2025 11:46:33 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ SARAH TINEL (CPF 091.XXX.XXX-55) em 19/05/2025 13:22:30 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ERIKA PEREIRA DA SILVA BUENO (CPF 276.XXX.XXX-67) em 19/05/2025 15:05:55 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JANAINA CRISTINA DA SILVA (CPF 222.XXX.XXX-18) em 20/05/2025 08:37:09 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ EDILBERTO FERRAZ DE ARRUDA (CPF 043.XXX.XXX-82) em 20/05/2025 11:45:48 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://votuporanga.1doc.com.br/verificacao/991A-6699-23F7-32C0>